



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

ISSN: 1982-4343

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

TAVARES, Giovana Galvão; DUTRA E SILVA, Sandro
Minérios e outros objetos de história natural: Representações da fronteira
no acervo e na criação do Museu Estadual de Goiás na década de 1940
Varia Historia, vol. 36, núm. 70, 2020, Janeiro-Abril, pp. 217-250
Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0104-87752020000100008

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384462696008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Minérios e outros objetos de história natural

Representações da fronteira no acervo e na criação do Museu Estadual de Goiás na década de 1940

Ores and Other items of Natural History

Symbols of the Frontier in the Collection
and Foundation of the State Museum of Goiás in the 1940s

GIOVANA GALVÃO TAVARES¹ <https://orcid.org/0000-0001-5959-2897>

¹Centro Universitário UniEvangélica

Avenida Universitária Km 3,5, Cidade Universitária,
75.070-290, Anápolis, GO, Brasil
gio.tavares@gmail.com

SANDRO DUTRA E SILVA² <https://orcid.org/0000-0002-0001-5726>

²Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis
Avenida Universitária Km 3,5, Cidade Universitária,
75.070-290, Anápolis, GO, Brasil
sandrodutr@hotmail.com

RESUMO Este artigo tem por objetivo apresentar a criação do Museu Estadual de Goiás e a sua relação com a divulgação da fronteira do Brasil Central como a região de potencialidades econômicas e de exploração dos seus recursos naturais. A pesquisa se baseou em coleta de fontes documentais e outras referências que contextualizam as exposições e objetos museológicos no contexto da Marcha para o Oeste, e a relação dos eventos culturais com outras instituições e os discursos de ocupação da fronteira. As pesquisas documentais evidenciam o papel exercido pelo primeiro diretor do Museu, Zoroastro Artiaga, e suas articulações

Recebido: 15 mai.2019 | Revisto pelos autores: 02 out. 2019 | Aprovado em: 25 out. 2019
<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752020000100008>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, p. 217-250, jan/abr 2020



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

políticas para eleger a instituição como veículo de divulgação das Geociências e, principalmente, como local de divulgação das riquezas naturais de Goiás. Também reforça que as intenções museológicas de construir uma coleção de objetos de história natural do Cerrado tinham interesses mais em divulgar a fronteira do Brasil Central do que compor elementos de exposição e pesquisa científica sobre os bens naturais de Goiás.

PALAVRAS-CHAVES Museu Estadual de Goiás, fronteira, história natural, recursos naturais

ABSTRACT This article aims to discuss the foundation of the State Museum of Goiás and its relationship with the dissemination of the idea of the frontier of Central Brazil as a region of economic potential with natural resources to be exploited. The research is based on a diverse set of archival and bibliographic sources that describe and contextualize the museological exhibitions and objects in the context of the *March to the West*, and the relationship of cultural events with other institutions and the discourses of the occupation of the frontier. The archival sources highlight the role played by the first director of the Museum, Zoroastro Artiaga, and his political maneuverings to have the Institution selected as a vehicle for the dissemination of Geosciences and, especially, as a place to promote the natural resources of Goiás. The research also demonstrates that the museological intentions of constructing a collection of objects about the natural history of the Cerrado was more to advance the idea of the frontier of Central Brazil than to collect elements for the exhibition or for scientific research about Goiás' natural resources.

KEYWORDS Natural Museum of Goiás, Frontier, Natural History, Natural Resources

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o sertão goiano, ou mais precisamente os trabalhos relacionados à categoria da fronteira, apresentam o processo de expansão econômica e demográfica do território baseado na relação entre o

colonizador e o ambiente em que a disponibilidade de recursos naturais é elemento motivador dos movimentos de reconhecimento, deslocamentos e povoamentos (Evans; Dutra e Silva, 2017). Seguindo as orientações de Hennessy (1978) sobre a fronteira na América Latina, podemos considerar que os séculos XVIII e XIX foram marcados por processos de ocupação a partir da *mining frontier* (mineração) e *cattle frontier* (pecuária), que, mesmo integradas ao sistema econômico brasileiro nesse período, mantiveram estruturas arcaicas de sociabilidade no distante planalto central do Brasil (Palacin, 1994; McCreery, 2006; Karasch, 2016).

Durante o século XX, um novo processo de ocupação da fronteira no Brasil Central procurou romper o isolamento por meio da integração e expansão da malha ferroviária e rodoviária, o que impulsionou novas ondas migratórias, caracterizadas pela valorização agrária e por projetos de ampliação urbana. O processo de modernização foi mais marcante a partir da década de 1930, caracterizado pela criação da nova capital do Estado (1933) e a conclusão da Estrada de Ferro Goiás, que chegou até a estação de Anápolis em 1935 (Borges, 1980; Campos, 2012; Dutra e Silva, 2017).

No final da década de 1930 e na primeira metade da década de 1940, novos processos de modernização e integração de Goiás com os principais centros econômicos do país foram favorecidos pela política da Marcha para o Oeste (Lenharo, 1986). No campo da modernização agrícola, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em 1941, favorecia a distribuição de lotes rurais, impulsionando uma considerável onda migratória para a colonização agrária. Também, a valorização das áreas rurais em detrimento da abertura de estradas e da linha férrea impulsionaram o comércio e o desenvolvimento cultural em Goiás, principalmente em Anápolis e Goiânia (Carmin, 1953; Dutra e Silva; Bell, 2018; Dutra e Silva, 2017).

A política da Marcha para o Oeste teve um papel significativo no processo de integração econômica de Goiás. No entanto, ela foi também um importante elemento simbólico que buscava redefinir o perfil cultural do estado, rompendo com a ideia de sertão isolado e hostil para um novo eldorado no planalto central do Brasil. Esse projeto de modernização veio acompanhado de elementos culturais baseados na redefinição da imagem do território goiano. O termo “Oeste”, amplamente

utilizado para descrever a nova fronteira agrícola,¹ foi o elemento simbólico que procurava desmistificar as representações do sertão com o espaço contraposto ao civilizado. O processo civilizador trouxe novos símbolos e a substituição do termo “sertão” por “Oeste” foi muito mais do que uma mudança conceitual.² Foi, isto sim, uma transformação

1 Sobre o processo de expansão da fronteira agrícola em Goiás, podemos considerar outras formas de fronteira, seguindo o modelo proposto por Hennessy (1978), sobre o processo de ocupação desses espaços na América Latina. Assim, o processo de expansão da agricultura em Goiás seguiu um caminho distinto em função de diferentes variáveis. Como apresentado no trabalho de Teresa Cribelli (2016), o processo de modernização agrícola no Brasil teve suas origens no século XIX, considerado por ela como um processo de “modernização conservadora”, baseado no avanço tecnológico e na manutenção da ordem social vigente. No caso goiano, a expansão da fronteira agrícola foi ainda mais tardia, como forma distintas de adaptação ao modelo de modernização conservadora, CAMPOS (2012). A agricultura esteve dependente da integração logística com o restante do país, que ocorreu em Goiás a partir da primeira metade do século XX, BORGES, (1980). McCreery (2006), reforça essa informação com sua pesquisa sobre o papel da pecuária na economia goiana no século XIX e início do século XX. Para ele, a pecuária se caracterizada com a principal forma de integração entre Goiás e o restante do país, na medida em que o gado era um tipo de mercadoria que se auto transportava. O autor chega a afirmar que Goiás era, até a chegada da ferrovia, a “fronteira da fronteira”, pela sua posição geográfica nos chapadões centrais do Brasil — por ser de difícil acesso e com um isolamento para além do geográfico, sendo também político, territorial e econômico. Ao mesmo tempo, o trabalho clássico de Warren Dean (1996) deixa evidente como as práticas de expansão da fronteira agrícola no Brasil estiveram associadas à disponibilidade de florestas tropicais, em aderência ao modelo arcaico do *slash and burn agriculture*. No caso de Goiás, o processo de expansão da fronteira agrícola (que, como dito anteriormente, ocorreu somente na primeira metade do século XX) esteve muito associado a dinâmica da expansão ferroviária, que tornava a região conectada com os centros produtores. O trabalho de Dutra e Silva (2017) nesse sentido, apresenta um avanço em relação ao texto de Dean (1995), ao considerar a região florestada do Mato Grosso de Goiás, como o lócus privilegiado das políticas de expansão agrícola nas décadas de 1930 e 1940, e que antecederam a ocupação agrícola no Cerrado. Sobre o tema ver também: WAIBEL (1947; 1948); JAMES (1953); e GIUSTINA; DUTRA E SILVA; MARTINS (2018).

2 Dutra e Silva (2017) apresenta como a documentação utilizada na década de 1930, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), passou a utilizar expressões como fronteira, *hinterland* e sobretudo “Oeste”. A categoria Oeste era muito mais do que um elemento simbólico que demarcava uma região geográfica. Oeste passava a representar uma categoria simbólica que apresentava as questões agrárias como espaço social da prosperidade, da terra da promissão. O autor se baseou em diferentes fontes documentais como relatórios, ensaios, e discursos políticos, dentre outros, que faziam uso dessa retórica. Ao mesmo tempo, existe um esvaziamento da categoria “sertão”, que praticamente foi abandonada e substituída durante o Estado Novo pelos novos elementos simbólicos do território, que divulgavam o projeto de colonização e migração não para o sertão, mas uma marcha em direção ao Oeste, geográfico e simbólico.

ideológica, muito mais profunda do que apenas demarcar o novo processo de expansão demográfica e ocupação territorial do *hinterland* brasileiro (Dutra e Silva, 2017). Não foi uma “Marcha para o Sertão”, mas uma “Marcha para o Oeste”, para um novo projeto modernizador, em que os discursos e outros recursos de propaganda sobre a fronteira goiana indicam esse território como o novo espaço da brasiliidade, pois era um retorno simbólico aos pioneiros bandeirantes (Dutra e Silva et. al, 2014; Evans; Dutra e Silva, 2017).

É importante considerar a forma como processos e conceitos tão fundamentais da historiografia norte-americana, como *frontier*, *hinterland*, *wilderness*, dentre outros, passaram a compor a linguagem intelectual e política brasileira, sobretudo entre os anos de 1930 a 1950. Tendo como referência a *Western History* produzida nos Estados Unidos (Turner, 2010; White, 1991, 1997; Worster, 1985, 1991, 1992; Cronon, 1991), intelectuais e ideólogos brasileiros desse período procuravam construir uma imagem da fronteira Oeste como a terra da promissão (Evans; Dutra e Silva, 2017; Dutra e Silva, 2017). Dessa forma, um conjunto de personagens, narrativas, linguagens e outros elementos culturais passaram a representar a fronteira do Brasil Central, cujos atributos se fundamentavam em representações simbólicas e míticas, seguindo um modelo interpretativo utilizada nos Estados Unidos e muito bem apresentado por Smith (2009) em sua obra clássica.³ Da mesma forma, o Oeste brasileiro precisava estabelecer uma nova imagem que

3 Existe um conjunto de trabalhos publicados que utilizam o modelo comparativo do uso conceitual e dos processos históricos em si, relacionados com a fronteira no Brasil e nos Estados Unidos. Destaco os trabalhos de Viana Moog (1964), Pierre Monbeig (1998) e Sergio Buarque de Holanda (1995) como obras representativas no uso da categoria da fronteira e da *wilderness* nos estudos sobre a relação entre sociedade e natureza no Brasil. E também, mais recentemente, destacamos o trabalho de Janaina Amado, Walter Nugent e Warren Dean, publicado na década de 1990, no qual esses autores apresentaram uma série de ensaios para uma conferência organizada pelo *Latin American Program* da *Woodrow Wilson International Center for Scholars* (Amado, Nugent & Dean, 1990). Esse tema também foi discutido no trabalho de Oliveira (2000), em que o conjunto de ensaios discutiam o uso do conceito de fronteira e natureza de forma comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos.

desconstruísse a visão negativa do atraso e do sertão, criando símbolos e mitos na sua caracterização.

A fronteira, portanto, foi um mito construído a partir de novos símbolos, como por exemplo, a imagem da prosperidade e do trabalho pioneiro do *frontiersmen*. Cassiano Ricardo foi o intelectual brasileiro que mais utilizou a linguagem do mito na sua construção simbólica do Oeste e sua marcha histórica na fronteira.⁴ E os processos de construção dessa imagem se fundamentavam na efetiva ocupação do território e na constituição de instituições que materializavam o sonho da fronteira (Dutra e Silva; Dutra e Silva, 2019).

Esse trabalho se insere nesse debate, ao procurar apresentar os recursos naturais e a sua utilização como elemento simbólico que representava as potencialidades econômicas da fronteira. Nosso enfoque será o papel exercido pelo Museu Estadual de Goiás (MEG) como uma instituição que procurou divulgar as potencialidades naturais da fronteira e o seu principal *booster* (Cronon, 1991), o intelectual goiano Zorastro Artiaga. A discussão se insere no contexto histórico da Marcha para Oeste, porém, com um recorte em um processo histórico distinto, a saber: a vinculação dessa instituição cultural, o papel do seu divulgador e a criação da nova capital de Goiás, porta de entrada do Oeste brasileiro. Nosso argumento é que a construção de Goiânia, iniciada em 1933, bem como os eventos em torno da inauguração da nova capital, sobretudo no Batismo Cultural em 1942, no qual a cidade passou a ser descrita, em muitos discursos, como a capital da Marcha para Oeste, reforçaram esses elementos de divulgação dos recursos naturais em busca de especulação imobiliária, por um lado, mas sobretudo das potencialidades dos seus recursos naturais (Dutra e Silva; Dutra e Silva, 2019). Nesse caso as exposições ocorridas durante o Batismo Cultural e a sua futura instalação no MEG, reforçadas nas divulgações do seu principal *booster*, procuravam apresentar a fronteira como um lugar de potencialidades.

4 RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

Dessa forma, mais do que um laboratório da história, a atividade do MEG estava alinhada com elementos ideológicos que procuravam destacar a região como uma terra rica em história natural e, ao mesmo tempo, o novo eldorado no Oeste do Brasil. As referências a Cronon (1991) e o papel dos *booster* na divulgação de Chicago como a porta de entrada do Oeste, e suas atribuições em relação ao ambiente natural que a cercava, são referências fundamentais para essa análise.

Alberti (2005), expoente de estudos de coleções e objetos museológicos, afirma que os objetos expostos em museus respondem como as relações humanas (sociais, culturais, econômicas e políticas) foram realizadas e representadas. Portanto, acredita-se que os primeiros objetos selecionados para as vitrines do MEG respondem à interação entre os doadores, o seu curador e a instituição. E através deles pode-se, para lembrar Carlo Ginzburg (1989), descrever vestígios materiais e sinais que reconstroem um mundo desaparecido, pois o objeto, no decorrer de sua trajetória, tem usos diferentes e para compor a vitrine de um museu passou, possivelmente, pelo desuso e, posteriormente, um novo uso, mas como constituinte de uma história.

Importante pensar, por exemplo, como as coletas de fauna, sobretudo de grandes mamíferos, fizeram parte de coleções de museus de história natural nos Estados Unidos em um momento que a noção de fim da fronteira, e a destruição desses recursos naturais, se faziam presentes (Lunde, 2016). No entanto, o que nos chama atenção é a forma como os objetos e o seu uso fizeram parte do MEG, muito mais preocupados em expor os recursos naturais, com destaque especial para os bens minerais, mas sem deixar de identificar elementos exóticos, como objetos e artefatos das etnias indígenas do Brasil Central, ou também ossadas e outras representações da história natural de Goiás. Dessa forma, consideramos importante, não apenas apresentar a formação do acervo (objetos, documentos e imagens) do Museu Estadual de Goiás, como também a sua relação com a visão imaginária da fronteira no Brasil Central. Nesse sentido é que o contexto histórico relacionado à cerimônia do Batismo Cultural de Goiânia em 1942 ganha relevância, em considerar as intencionalidades da exposição museológica em um contexto político

específico. Para tanto, partimos do entendimento de que as exposições revelam intenções de documentar, de certa forma, particularidades coletivas (do lugar, de grupos etc.) e/ou individuais (de pessoas). Elas, portanto, são resultantes de escolhas e intencionalidades, tanto no que diz respeito aos projetos de criação da instituição que abriga as coleções, quanto ao que presidiu a sua formação (Heizer, 2005).

Heizer (2005) ressalta que as exposições devem ser consideradas como eventos de caráter regional, nacional e/ou internacional. No Brasil, no século XIX, o Museu Nacional organizou a Exposição de Indústria com objetos provenientes da Comissão Científica de Exploração. Posteriormente, em 1862, o Império brasileiro participou da Exposição Universal de Londres, além daquelas realizadas em Paris (1867 e 1889), Viena (1873), Filadélfia (1876), Buenos Aires (1882) e São Peterburgo (1884) no século XIX (Lopes, 1997; Heizer, 2005).

Nos eventos mencionados, o Imperador preocupava-se em expor “produtos como madeiras, máquinas utilizadas nas fazendas de café, quadro, louças. Minerais e cocares de índios” (Heizer, 2005). Na exposição de Paris, em 1889, o Brasil apresentou, conforme Heizer (2005), o instrumento científico astrônico Akt Azimut, projetado por Emmanuel Liais e construído por José Hermida Passos na cidade do Rio de Janeiro. O intuito era utilizar a exposição como um veículo divulgador de uma nova imagem do país no contexto mundial, como uma nação civilizada e moderna. De maneira geral, a presença do império nas exposições universais era vista como hierarquizante e excludente por causa das condições sociais e raciais do Brasil.

Segundo Sanjad (2017, p.789) “diversas modalidades de ‘exposição’ foram surgindo, das universais às temáticas, associadas a uma área de conhecimento (artes, ciência, medicina, higiene etc.), atividade econômica (*design*, indústria, mineração, agricultura, floricultura etc.) e/ou efeméride (Descoberta das Américas, Revolução Francesa, Unificação da Itália, Independência dos EUA, da Bélgica, do Brasil etc.”). O autor ainda aponta que entre os anos de 1910 a 1930 as exposições foram alteradas, especialmente, na sua forma e finalidade social. Elas deveriam ter,

a partir de então, os seguintes enfoques: a) temático ou especializado; b) cultural ou humanistas e; c) ideológico.

Mas, qual a semelhança do perfil de exposição mencionado por Sanjad (2017) com a exposição ocorrida em Goiás na década de 1940? Em Goiás a exposição teve caráter nacional por agregar diversos estados no Brasil. A exposição teve, ainda, um caráter comercial, por apresentar mostras e objetos que faziam referência aos recursos naturais encontrados no cerrado goiano, com potencialidades de agregar valores para uso no mercado nacional. A exposição em Goiânia teve, ainda, um perfil ideológico, por compor o discurso varguista de integração nacional (sertão/litoral). Isto posto, as exposições ocorridas na Cerimônia do Batismo Cultural em Goiás, estavam em consonância com aquelas promovidas pelo Estado brasileiro nos anos 1930 a 1940.

Nesse sentido, partimos da hipótese de que o acervo museológico tem muito a dizer sobre qual visão de fronteira e quais elementos simbólicos essa imagem procurava associar. Assim, esse trabalho procura responder às seguintes questões: quais os interesses que nortearam a criação do Museu Estadual de Goiás como uma instituição divulgadora da história natural do Brasil Central? De que forma a exposição museológica, com os seus diferentes objetos, contribuiu para o estabelecimento de uma visão da fronteira Oeste do Brasil?

O BATISMO CULTURAL DE GOIÂNIA E A EXPOSIÇÃO DOS OBJETOS DA FRONTEIRA OESTE

Em 1938, por meio da resolução nº. 99, de 19 de julho, o Conselho Dирigente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou e estabeleceu as festividades do Batismo Cultural de Goiânia. O evento, no entanto, foi cancelado, tendo sua realização prorrogada para o ano de 1942, através da resolução nº. 169 de 15/07/1941, a qual assim dispunha:

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia usando de suas atribuições e considerando que, pela Resolução n. 99, desta Assembléia, ficaram assegurados o patrocínio e o concurso do Instituto à realização

das Exposições Nacionais da Educação e Estatística, da iniciativa da Associação Brasileira de Educação; Considerando que, conforme os entendimentos já verificados entre as duas entidades, a Segunda Exposição verificar-se-á em Goiânia, juntamente com a instalação do 8º Congresso Nacional de Educação, outro feliz empreendimento da Associação Brasileira de Educação, tendo ambas essas realizações o apoio e patrocínio do governo de Goiás, por isso que elas, constituindo o batismo cultural da nova cidade⁵.

A resolução do IBGE indicava que outros eventos culturais e acadêmicos iriam acontecer como parte da inauguração da nova capital. O texto ressaltava que a Exposição e os Congressos seriam eventos “da mais alta expressão cultural”, cuja finalidade era a de reforçar o significado histórico da nova capital da fronteira no Brasil Central. O Batismo Cultural procurava divulgar a construção de Goiânia, erguida “no coração do Brasil”, e “ressaltar o notável significado histórico da criação, na hinterlândia brasileira, da nova metrópole, que, como poderoso centro propulsor, constituiu um marco admirável do esforço da interiorização das nossas forças civilizadoras na continuidade de sua “Marcha para o Oeste”.⁶ O uso do termo metrópole é um exagero nesse momento, mas evidenciava a linguagem propagandista do regime. Ao mesmo tempo, procurava reforçar a inserção do território goiano às políticas de integração política e econômica do Estado Novo.

O Conselho Dirigente do IBGE, aprovou a resolução mencionada, procurando incluir no Batismo Cultural um conjunto de atividades do Instituto, como, por exemplo, uma sessão ordinária do Conselho Nacional de Geografia (Art. 1º) e a realização da Segunda Exposição Nacional de Educação e Estatística, também sobre a coordenação do Conselho Nacional de Geografia (Art. 2º), e que teria como tema Educação, Estatística e Cartografia (Parágrafo 1º). Por meio do Art. 3º havia a sugestão para que a presidência do Instituto pudesse promover, em

5 IBGE. Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, 1942, p.04.

6 IBGE. Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, 1942, p.04.

conjunto com os governos estaduais e federal, o estabelecimento de uma legislação nacional que fixasse, definitivamente, o quadro das divisas interestaduais, que era uma meta do IBGE em termos de mapeamento dos estados da federação.⁷

Os artigos mencionados destacam o protagonismo das instituições geográficas na elaboração do Batismo Cultural e evidenciam a relevância desse evento diante da proposta do governo federal em incorporar o *hinterland* aos projetos de nacionalidade. A perspectiva da existência de uma nova capital em Goiás fortalecia as políticas implantadas pelo governo federal, seja como motivação para formação de frentes migratórias para o interior do país, seja para assegurar o poder regional (e, evidentemente, nacional), ou ainda para fortalecer o discurso do progresso e da modernidade advindos com o Estado Novo.⁸ O evento de 1942 em Goiânia procurava alinhar o projeto federal no âmbito regional, confirmando o pronunciamento do presidente Getúlio Vargas (1882-1954) feito em 31 de dezembro de 1937, no qual estabeleceu as origens da Marcha e da ocupação do *hinterland* brasileiro: “No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez a América o Continente das cobiças e tentativas aventuroosas. Ela teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e

7 IBGE. Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, 1942.

8 Segundo Lenharo (1986), uma das facetas menos analisadas pela historiografia brasileira em relação ao Estado Novo foi a que tratava das questões rurais. Para este autor, a ênfase historiográfica privilegiava o caráter político, os processos urbanos ligados à industrialização e às questões trabalhistas do Estado Nacional. Mas, ele pontua que as políticas de ocupação e desenvolvimento agrícola receberam grande investimento do governo estadonovista, sobretudo nos processos de colonização do Oeste. Nesse sentido, é importante identificar o papel que a categoria Oeste aparecia nos programas de Vargas. Tendo Cassiano Ricardo como um dos seus grandes articulistas, a expressão Oeste poderia significar, geograficamente, não apenas o Brasil Central, mas como também a Amazônia, o Acre, Rondônia, dentre outros. Segundo Dutra e Silva (2017), o Oeste passava a ser uma categoria mais simbólica do que geográfica, e nesse sentido é que defende que os estudos relacionados à expansão da fronteira entre as décadas de 1930 a 1950 não podem desprezar os usos dessa representação em suas análises (RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*).

fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial”⁹

Para que ocorressem os eventos propostos pelos documentos mencionados, foram realizadas atividades no período do dia 20 a 28 de junho e do dia 01 a 11 de julho de 1942, perfazendo 20 dias de acontecimentos que movimentaram a sociedade local e nacional para tornar significativo e chamar a atenção do país para a *filha mais moça*¹⁰ do Brasil. As instituições envolvidas foram: Associação Brasileira de Educação; Conselho Nacional de Estatística; Conselho Nacional de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹¹ (e seus respectivos conselhos regionais) e o Ministério da Agricultura. O IBGE, por meio do seu Conselho Nacional de Geografia foi, como dissemos anteriormente, protagonista. Por exemplo, na figura 1 vê-se o Interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), cumprimentando o geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979), principal representante do IBGE em Goiás (Tavares, 2010).

9 Getulio Vargas. No limiar do ano de 1938. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dez. 1937. Presidência da República Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação — Geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca.

10 Expressão usada por Paulo Figueiredo, publicada no primeiro número da revista Oeste (1942) para designar Goiânia.

11 O IBGE foi criado pelo decreto-lei número 218 de 26 de jan. de 1938, sendo na realidade apenas uma mudança de nomes das agências federais “Instituto Nacional de Estatística” e “Conselho Brasileiro Geografia” que já existiam. O Art. 10 do mencionado decreto-lei assim diz: “O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção - o de Geografia e o de Estatística - com a denominação de “Conselho Nacional”.

Figura 1: cerimônia do Batismo Cultural, apresentação do engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães a Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Goiás (com Mário Augusto Teixeira de Freitas ao lado)



Fonte: Biblioteca Digital - IBGE. Núcleo virtual da Rede de Memória do IBGE, Pioneiros do IBGE, Teixeira de Freitas. Disponível: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas.html>.

O ponto central do Batismo Cultural ficou a cargo das exposições ocorridas no edifício da Escola Técnica. Nas estavam expostos mapas municipais (fruto da Lei Geográfica); recursos minerais; madeiras, entre outras informações das regiões brasileiras, além de diversos outros produtos que definiam e caracterizavam o potencial econômico das regiões brasileiras.

Fizeram parte do mostruário da Exposição: gráficos, mapas, cartas, trabalhos escolares, quadros artísticos, rochas, minérios, álbuns fotográficos, além de outras publicações. Na exposição, estiveram presentes estandes de órgãos federais, como do IBGE, do CNG, do CNE, do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Ministério da Marinha, do Serviço de Estatística Econômica e

Financeira do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Aeronáutica, do Departamento de Imprensa e Propaganda, do Departamento Nacional do Café, além das Exposições de Produtos Regionais apresentados nos estandes dos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Paraná, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso, Ceará, Amazonas, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Norte e, é claro, de Goiás.

Os objetos que fizeram parte do mostruário da Exposição foram doados para o governo do estado de Goiás, que os dispuseram em Exposição Permanente em Goiânia (EPG). Eles foram enviados, posteriormente, para o Departamento Estadual de Cultura (DEC). Dentre eles, estavam vestimentas, adereços, mapas, rochas e minerais - os dois últimos com potencialidade de comercialização industrial. Os livros de visitantes do DEC registraram nos anos de 1940 assinaturas de homens de negócios ou representantes de governo de outros estados que frequentavam o Departamento para conhecer os recursos naturais expostos, especialmente, as rochas e minerais (Tavares, 2010).

O DEC buscava promover cultural e politicamente o estado de Goiás, sobretudo dentro de território nacional, tanto que uma de suas funções era encaminhar artigos e textos para jornais, revistas e rádios (locais e nacionais) a fim de divulgar as riquezas naturais, o progresso econômico advindo da inauguração de Goiânia, dentre outros temas que pudessem atrair capitais, investidores e imigrantes para o estado.

Foi por meio de sua participação como gestor do DEC que Zoroastro Artiaga recebeu financiamento para a publicação de livros e artigos sobre Goiás, com destaque para as obras sobre geologia, história de Goiás, população indígena, minério de radium, dentre outras (Artiaga, 1947; 1947a; 1943; 1943a; s/d).¹² A partir de 1946, os objetos passaram

12 ARTIAGA, Zoroastro. *Geologia Econômica de Goiaz*. Uberaba, 1947; *Dos Índios do Brasil Central*. Uberaba, 1947a; *Contribuição para a História de Goiaz*: Goiânia: mimeografado, sem data; *Monografia Corográfica do Estado de Goiaz*. Goiânia: mimeografado, sem data; *Minérios de Radium em Goiaz* (ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo). *Revista Oeste*, ano II, n. 11, p.452-435, 1943; *Minas e Goiaz. Revista Oeste*, ano II, n.13, p.520-521, 1943a.

a compor o MEG e Zoroastro Artiaga foi nomeado com o primeiro diretor do Museu Estadual de Goiás.

MEG: ZOROASTRO ARTIAGA E DIVULGAÇÃO CULTURAL

O projeto de criação do Museu Estadual de Goiás (MEG), atualmente Museu Goiano Zoroastro Artiaga (MUZA), foi uma iniciativa peculiar, cuja intencionalidade ultrapassava as finalidades de divulgação científica da história natural de Goiás. Ele precisa, para além das suas prerrogativas de espaço de divulgação científica, ser compreendido no projeto nacional da expansão da fronteira e de modernização de Goiás no período do Estado Novo (1937-1945). Também deve ser entendido no contexto regional da inauguração da nova capital e das mudanças políticas em Goiás. O projeto da mudança da capital, idealizada pelo interventor Pedro Ludovico no início da década de 1930, procurava não apenas romper com as oligarquias da antiga capital, como também estabelecer um novo senso estético para os traçados urbanos e para os prédios públicos de Goiânia. Dessa forma, é importante considerarmos o componente arquitetônico do estilo *art déco*, que reforçam os objetivos culturais, políticos e simbólicos do MEG e suas exposições.

O estilo *art déco* foi o padrão estético do conjunto arquitetônico escolhido para compor a paisagem urbana de Goiânia. Procurou imprimir, na paisagem da nova capital, a expressão do traçado moderno (e não modernista) por meio dos elementos estéticos dos edifícios que adornaram os espaços públicos. O *art déco* não foi apenas um estilo arquitetônico preocupado em orientar a estética da modernização em Goiás, mas foi uma expressão cultural distinta e significativa, pois, além dos componentes artísticos na paisagem urbana, essa arquitetura era uma clara expressão do rompimento com as raízes arcaicas e com as construções vernáculas da antiga capital goiana. Dessa forma, a composição arquitetônica *art déco* de Goiânia pode ser entendida com um projeto político para uma nova estética da fronteira, na medida em que procurava integrar o distante e isolado território goiano ao projeto nacional de sociedade orgânica (Lenharo, 1986; Reis, 2014; Paiva, 2004; Unes, 2001).

Segundo Daher (2003) o *art déco* surgiu, de certa forma, como escolha experimental, cujo objetivo era a implementar a modernidade na fronteira. No entanto, os trabalhos de Lacerda (1994) e Reis (2014), evidenciam que o estilo era parte de um amplo projeto de propaganda do regime varguista. Fundamentados em documentação coletada por Gustavo Capanema (1900-1995), colecionador de imagens fotográficas que pudessem caracterizar o período varguista, esses pesquisadores destacaram o papel dos elementos ideológicos do regime. Dentre essas representações, destaca-se o conjunto arquitetônico em que o estilo *art déco* passou a ser uma das principais representações da propaganda do Estado Novo. O projeto de Capanema foi denominado por ele mesmo como “Obra Getuliana”, cuja documentação passou a compor, desde 1978, o arquivo da coleção especial no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. O acervo conta com mais de 600 fotografias que evidenciam o papel desse estilo arquitetônico em caracterizar esteticamente o regime entre as décadas de 1930 a 1940.

O trabalho de Lacerda (1994) teve por objetivo apontar a particularidade da utilização da fotografia na “Obra Getuliana” para a construção ideológica da nação e do regime. Já o trabalho de Reis (2014) procurou investigar o papel do estilo *art déco* como expressão estética moderna presente na “Obra Getuliana” a partir da análise de inúmeros edifícios públicos erigidos no período entre 1930 a 1945. Ao mesmo tempo, buscava identificar como o regime disseminou esse estilo como forma de propaganda. Reis, argumenta que uma análise do papel arquitetônico durante a Era Vargas (1930-1945) suplanta questões meramente estilísticas, sendo necessário considerar também “a nacionalidade construtiva e funcionalidade espacial, o rendimento e economia de meios, a padronização das tipologias e dos elementos de fechamento e materiais de acabamento, e uma linguagem moderna que tornasse inteligível a ideologia política” (Reis, 2014, p.16).

Nesse sentido é que consideramos importante destacar que a escolha arquitetônica do *art déco* não foi algo simplesmente experimental, como apresentado por Daher (2003), na medida em que esse estilo não representava apenas o projeto de desenvolvimento e modernização urbana para a fronteira do Brasil Central. Ele evidenciava, ainda, um projeto propagandista expresso por meio dos edifícios e construções que simbolizavam a presença da nação em marcha e do regime nacionalista em vigor naquele momento. Por essas razões é que identificamos o conjunto dessas representações na construção que passou a abrigar o Museu Estadual de Goiás.

O prédio que abrigou o Museu Estadual de Goiás foi projetado pelo arquiteto polonês Kazimierz Batoszewski (1914-1990) e era um dos edifícios que compunham o conjunto arquitetônico da Praça Cívica, local escolhido para abrigar os edifícios públicos da nova capital.¹³ Originalmente, o prédio havia sido destinado para ser a sede do Departamento Estadual de Informação e, posteriormente, abrigou as atividades museológicas. O espaço apresentava planta baixa com volumes escalonados e o acesso principal em forma de avanço (figura 02). Os detalhes arquitetônicos misturam a economia dos adornos e traçados geometricamente marcados com a sobriedade do acinzentado, a suntuosidade das colunas de concreto e os detalhes do portão com gradis e trama metálica, produzido sem o uso da solda, mas com arrebites.

13 Em 2002, os prédios edificados na cidade de Goiânia entre 1930/1940 em estilo *Art Déco* foram considerados pelo IPHAN patrimônio arquitetônico nacional, a saber: 1) conjunto da praça cívica — coreto da praça cívica, fontes luminosas, fórum e tribunal de justiça, residência de Pedro Ludovico Teixeira, Museu Goiano Zoroastro Artiaga, Obeliscos com luminárias, Palácio das Esmeraldas, Delegacia Fiscal, Chefatura de Polícia, Secretaria Geral, Torre do relógio e Tribunal Regional Federal; 2) os bens isolados: Liceu de Goiânia, Grande Hotel, Teatro Goiânia, Escola Técnica, Estação Ferroviária, Trampolim e mureta do lago das rosas; 3) núcleo pioneiro de campinas: Palace Hotel e Subprefeitura e Fórum de Campinas, MANSO, 2004; DAHER, 2003.

Figura 2: Fotografia do Museu do Estado, c.1946.



Fonte: Coleção Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga. Autor desconhecido. Acervo: Museu da Imagem e do Som de Goiás, MIS – GO.

Em 1946, esse prédio passou a abrigar o MEG e Zoroastro Artiaga foi nomeado o seu primeiro diretor. A partir da Lei nº 5.770, de 16 de junho de 1965, o museu passou a ser denominado de Museu Goiano Zoroastro Artiaga, em homenagem ao seu primeiro diretor. Inicialmente, o MEG tornou-se um repositório do documentário histórico de Goiás e agregou para si uma infinidade de atividades que envolviam a educação, a pesquisa no campo das ciências naturais, a promoção de eventos e do turismo, e a prestação de serviços a empresas. Todas essas atividades eram subordinadas à coordenação de Zoroastro Artiaga, conforme informações encontradas nos livros atas da instituição. Entre os anos de 1947 a 1957, o MEG foi transformado em uma instituição de divulgação do conhecimento das ciências da terra. Zoroastro permaneceu na direção do Museu Estadual até 1959 e buscou ampliar as suas finalidades para melhor divulgação das riquezas naturais e possibilidades econômicas

do estado. Em função disto, é considerado como o principal *booster* das potencialidades da fronteira do Brasil Central.

Zoroastro Artiaga nasceu em 1891 na cidade de Curralinho, interior de Goiás, e por lá viveu sua infância e adolescência. Na juventude, assumiu o cargo de escriturário da Repartição Geral dos Telégrafos. Nos anos de 1920, iniciou suas publicações em jornais goianos e mineiros. Ainda nesta década, ocupou o cargo de escrivão na Delegacia Regional do Estado na cidade goiana de Catalão (1924-1929). Os primeiros artigos publicados foram dedicados à rede ferroviária e à valorização econômica da terra goiana, explicitando o sentimento de pertencimento à região. Em 1929, iniciou seu curso superior em Direito, na Escola de Direito de Goiás, graduando-se em 1933, e entrando na Ordem dos Advogados em 1935 (Tavares, 2010).

Na década de 1930, Artiaga aproximou-se ideologicamente do grupo que assumiu o poder político em Goiás no período Varguista (1930-1945).¹⁴ Tal grupo buscava dar um novo sentido histórico para o Oeste do Brasil, procurando se desvincular da ideia de sertão. O sertão simbolizava o isolamento e o atraso, bem como a predominância de instituições arcaicas. A ruptura com esse modelo passava pela modernização institucional e pela construção de elementos simbólicos que evidenciassem essa nova região. O termo “Oeste” foi o que melhor representava essa época. Assim, o uso desse recurso simbólico utilizou-se da retórica do discurso da integração nacional, especialmente, ao projeto nacional de formação territorial, em que a ocupação dos espaços vazios era um elemento crucial para a unidade do país. É importante considerar também o papel exercido pelo Departamento Oficial de Propaganda (DOP), criado em 1931, e substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cuja finalidade era analisar a utilização de imagens e outras formas de expressão cultural que servisse

14 O grupo era composto por políticos regionais que foram responsáveis por criar várias instituições em Goiás, dentre eles, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, o Instituto de Advogado de Goiás e a Academia Goiana de Letras. Eles compunham o grupo político do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, com destaque para as seguintes personalidades: Colemar Natal e Silva, Dario Delio Cardoso, Agnelo Arlington Fleury Curado, Alcides Celso Ramos Jubé, Francisco Ferreira de Santos Azevedo, Joaquim Carvalho Ferreira, dentre outros.

como instrumentos de difusão estética e ideológica do regime. Nesse sentido, o uso de expressões como Oeste e *hinterland*, muito presentes nos discursos e documentação da época, aproximam-se de todos os mecanismos da estética e da retórica do Estado Novo (Lenharo, 1986; Lacerda, 1994; Reis, 2014; Dutra e Silva et. al., 2014; Dutra e Silva, 2017).

De acordo com Tavares (2010), Artiaga foi considerado um polímato, já que se propunha a escrever e discutir acerca de uma gama considerável de áreas de conhecimento (Geologia, Economia, Estatística, História, Antropologia, Geografia etc). Exercia uma multiplicidade de ações (gestor, radialista, jornalista, professor, advogado) e, ao mesmo tempo, mantinha a identidade do exercício de suas práticas associada à defesa da integração nacional como caminho para o progresso de Goiás, conduzindo muitas vezes suas ações para a divulgação das riquezas naturais (minerais, rochas, vegetais, etc), com o intuito de favorecer relações econômicas entre Goiás e outros estados da federação brasileira ou países¹⁵.

Registra-se que a especialização do conhecimento no Brasil avançou com a consolidação das universidades no país, especialmente com a criação, nos anos de 1930, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal (Fávero, 2006). Mas, é importante mencionar que, anterior às universidades mencionadas, existia no país outras instituições que preservavam a especialização e realizavam pesquisas no campo das Geociências, como o Museu Nacional, a Escola de Minas de Ouro Preto, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, ampliado em 1933 para Departamento Nacional da Pesquisa Mineral. Essas instituições tiveram suas criações associadas a especialistas estrangeiros que eram convidados para formar profissionais no Brasil.

15 Em conferência concedida na Universidade Federal de Minas Gerais o historiador Peter Burke afirmava que os polímatos observavam conexões inesperadas entre os diferentes campos do conhecimento, com avaliações que partiam de um de um olhar treinado por outra disciplina ou campo do saber. Ao contrário da visão especializada, os polímatos tinham uma maneira de pensar agregadora e que procurava unificar o conhecimento. Para o historiador, o conhecimento especializado poderia ser resumido na seguinte assertiva: saber mais sobre cada vez menos assuntos (BRAGA, 2017).

Artiaga, formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito, na cidade de Goiás, e realizou cursos de curta duração em Geologia, Botânica e Estatística em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1936, ele ocupou a diretoria da imprensa oficial e, em 1937, iniciou suas atividades públicas no campo das geociências, ocupando cargo de secretário do Diretório Regional de Geografia do IBGE e de membro da Comissão de Limite do Estado (Lei Geográfica do Estado Novo – Decreto Lei 311 de 02/03/1938). Ele também participou da Comissão de Propaganda em prol da interiorização da Capital Federal, composta por goianos que pretendiam, de uma forma ou de outra, chamar a atenção nacional para Goiás.

Artiaga participou da consolidação dos ideais do Estado Novo (1937-1945), como também da consolidação de instituições culturais em Goiás, agregando-se a grupo de intelectuais regionais e criando o Instituto dos Advogados de Goiás (IAG), a Academia Goiana de Letras (AGL), o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), o Museu Estadual de Goiás (MEG) e o Colégio Liceu de Goiânia. Além dessas instituições, ele participou como articulador em publicações de artigos em revistas que tiveram destaque no cenário nacional e regional, especialmente as revistas *Informação Goyana* (1917-1935) e *Oeste* (1942-1945), que se configuraram como veículos de divulgação dos ideais e do conhecimento científico e/ou cultural da época. Nas escreveu sobre diversos temas, dentre os quais se destaca os recursos minerais em Goiás.¹⁶

16 A geração que escreveu na *Revista Informação Goyana* era composta por um grupo de jovens goianos residentes no Rio de Janeiro e por profissionais de variadas áreas de atuação, a saber: engenheiros, médicos, professores, advogados, farmacêuticos, religiosos, políticos, historiadores e militares, entre outros, que publicaram, sem interrupção, cerca de 230 fascículos. A publicação realizava-se no Rio de Janeiro e sua circulação dava-se nos demais estados brasileiros (Tavares, 2010; Dutra e Silva et. al, 2014). Ao contrário da *Revista Informação Goyana*, a *Revista Oeste* circulou de dentro para fora, ou seja, do estado de Goiás para os demais estados brasileiros, com o intuito de apresentar um lugar moderno, que tinha como ícone a nova capital do estado de Goiás – Goiânia. A revista foi lançada em 05 mar. 1942, durante o Batismo Cultural de Goiânia, com financiamento e influência direta de Getúlio Vargas e seus ideários desenvolvimentistas e populistas. Por isso tornou-se um veículo oficial do governo, que a utilizava para divulgar assunto de interesse político, administrativo e ideológico. A *Revista Oeste* operou a serviço da ideologia do Estado Novo, atuando na política de interiorização de Vargas, seja na mudança da capital para Goiânia ou na Marcha para Oeste, cultuando as figuras de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira (Dutra e Silva et. al, 2014).

Ainda nos anos de 1940, Artiaga assumiu a direção do Departamento Estadual de Cultura (DEC). Dentre as suas atribuições estava a participação na organização da Exposição Permanente de Goiânia, que foi utilizada como divulgador da cultura regional, das atividades econômicas em curso e das potencialidades futuras de Goiás por meio dos seus recursos naturais (Figura 3). Em suas palavras, a “Exposição Permanente deverá exibir mostruários de indústrias do nosso Estado, nossa riqueza latente, nossa capacidade de produção e trabalho, quer no setor rural, quer no das atividades urbanas”.¹⁷ No entanto, o acervo da exposição procurava agregar objetos (rochas e minérios, artefatos indígenas e ossadas) que evidenciavam a história cultural e natural de Goiás.

Figura 3: Zoroastro Artiaga apresentando amostras de minérios de Goiás a um grupo de visitantes ao Museu Estadual de Goiás



Fonte: Biblioteca Digital - IBGE. Museu de Mineralogia de Goiânia (GO), Catálogo ID: 25206, Código de Localidade: 520870, 1953. Série: Acervo dos trabalhos geográficos de campo

17 Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga. Cf. correspondência de Zoroastro Artiaga, diretor geral da DEC, ao governador do Estado de Goiás Jerônimo Coimbra Bueno. Ofício n. 83 de 27 de mar. 1947.

OBJETOS DA EXPOSIÇÃO E A CRIAÇÃO DO MUSEU ESTADUAL DE GOIÁS

Além daqueles objetos originários da Cerimônia do Batismo Cultural, Zoroastro Artiaga solicitava doações de objetos a políticos, membros de famílias tradicionais de Goiás, instituições nacionais, dentre outros, com a finalidade de obter doações para aumentar o acervo do MEG. Em 17 de abril de 1947, o *booster* enviou correspondência ao prefeito municipal de Cavalcante solicitando amostras de recursos minerais para expor, conforme indicado:

Este Departamento vem sendo alvo de contínuas indagações concorrentes à existência no território goiano de cristal citrine [quartzo de cor amarela], largamente aplicado na manufatura de instrumentos de ótica. Repetidas vezes, os inúmeros visitantes da Exposição Permanente têm-se mostrado desejosos de conhecer amostras daquela variedade de cristal, que, segundo fui informado, existe copiosamente nessa próspera comuna. Desejando, pois, satisfazer a curiosidade dos ilustres visitantes e com o firme propósito de difundir, através de exposições de produtos amplos conhecimentos das nossas inesgotáveis jazidas minerais, imersas ainda no espaçoso mar da ignorância relativa ao potencial econômico nacional, venho de apelar pelo seu alto espírito de cooperação e de amor ao progresso de Cavalcante, para que seja fornecida qualquer quantidade (no mínimo 500 gramas) da espécie do cristal em referência a este Departamento destinado a enriquecer o mostruário já existente. (...) Sendo impossível a essa Prefeitura o custeio da despesa que decorrer da extração da amostra aludida, este Departamento se propôs a fazê-lo, bastando que se remeta uma nota dos gastos feitos”¹⁸

O texto acima evidencia que Zoroastro não fazia a função apenas de *booster* dos potenciais minerais de Goiás, mas ele próprio propunha a constituição de acervos, tendo como orientação os questionamentos

18 Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga, Ofício n. 34 de 17 abr. 1947.

de possíveis interessados nos recursos naturais da região. Ele, inclusive, trabalhou na constituição de um mapa geológico em Goiás, em que apresentava a distribuição de minérios, cuja finalidade era a exposição museológica, mas também, atrair investimentos externos para Goiás. Conforme a documentação apresentada no ofício citado, os objetos destinados ao Museu evidenciam tanto o interesse na apresentação de registros de história natural (figura 4), como satisfazer aos interessados na exploração dos recursos minerais (figuras 5 e 6).

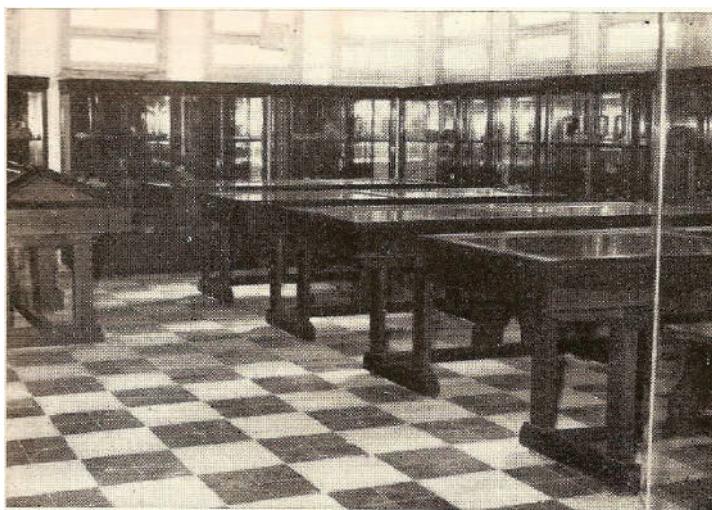
Figura 4: Fotografia de Lobo Guará empalhado – Goiás, s/d



Fonte: Lacerda, 1959.¹⁹

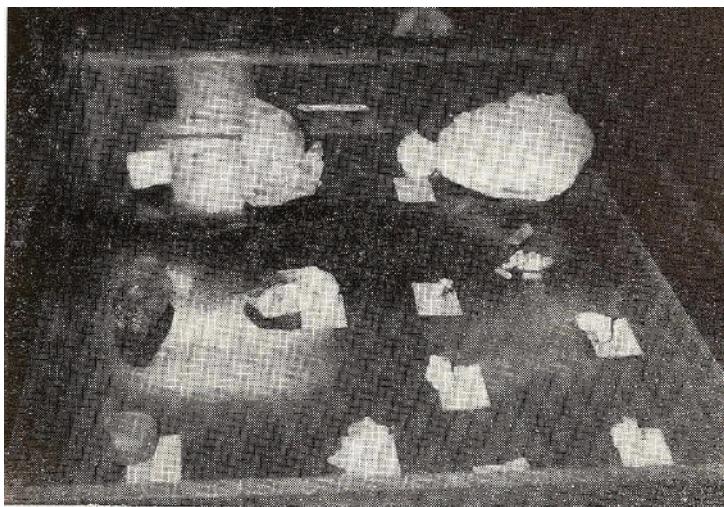
19 LACERDA, Regina. Histórico e Relatório. Goiânia, Museu Estadual de Goiás, 1959.

**Figura 5: Fotografia da vista parcial
da sala de exposição de mineralogia do MEG, s/d.**



Fonte: Lacerda, 1959.

**Figura 6: Fotografia da vista parcial
da sala de exposição de mineralogia do MEG, s/d.**



Fonte: Lacerda, 1959.

Conforme ofício nº 53 de 27 de fevereiro de 1947, o Museu não possuía destinação de verba para sua manutenção ou aquisição de materiais para exposição. No ofício nº 220 de 24 de junho de 1947, o DEC visava ampliar as funções do MEG, “no tocante à exposição de arte e documentos históricos. Para levar a efeito esse programa fez-se mister ampliar a datação própria, sem a qual seria isto quase impraticável dada a exiguidade da verba reservada a manutenção do Museu”.²⁰

Ao longo do ano de 1947, Zoroastro Artiaga entrou em contato com várias famílias residentes nas cidades goianas que, no século XIX, tiveram na mineração e na pecuária sua principal fonte econômica. O motivo desse contato era conseguir a doação de objetos e outros bens particulares para expor no Museu, como se destaca na correspondência enviada ao Sr. Luiz de Pina, no qual solicitava que interviesse junto à sua sogra, solicitando como objeto uma cabeça com chifres de gado bovino, conforme texto: “que nos dê ou nos empreste por algum tempo uma caveira de gado existente na fazenda Babilônia para figurar neste museu, onda a fazenda está representada num quadro ampliado como documentário histórico da vida de Goiaz”.²¹ A Fazenda Babilônia era uma casa no estilo bandeirante, no qual funcionou um engenho no final do século XVIII, e foi citada em diferentes relatos de viajantes naturalistas que passaram pela Província de Goiás no início do século XIX.²² Nesta Fazenda, além da cana de açúcar, plantava-se, em escala industrial, mandioca e algodão para a produção da farinha e fios que eram exportados para a Inglaterra (McCreery, 2006).

Vários outros ofícios foram encaminhados para as prefeituras dos municípios e para famílias tradicionais goianas. Assim, em 1948 o MEG ampliou sua coleção de objetos expostos que narravam a história de

20 Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga, Ofício nº 220 de 24 de jun. 1947.

21 Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga, Ofício 49, 1947 (documento encaminhado ao Sr. Luiz de Pina).

22 POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Goiás e apresentavam os recursos minerais e rochas com potencialidade comercial. Aqui cabe lembrar Lopes (2001), ao afirmar que as coleções não tem a sua origem nos museus. Para ela, o museu deve ser visto como um fim, no qual os objetos são escolhidos por serem considerados como colecionáveis, e por meio dessa seleção esses “objetos das mais diferentes ordens iniciam uma longa e complexa viagem pelo campo até sua exibição no museu” (Lopes, 2001, p.884).

Também é interessante perceber não apenas o objeto em si, mas o exercício em identificar, solicitar, coletar, catalogar e expor determinados materiais. Vale lembrar a percepção do museólogo Darin Lunde (2016) que trabalhou, dentre outros assuntos, com a biografia de Theodoro Roosevelt e o seu papel como caçador naturalista que contribuiu para a constituição de importantes coleções de história natural para os *American Museum of Natural History*, em Nova Iorque, e o *Museum of Natural History* da *Smithsonian Institution*, em Washington. Conforme Lunde, os museus também devem ser considerados a partir da experiência e determinação de coletores de objetos dos mais diversos: “This is the story of one man’s determination to experience nature without sentiment or judgment” (Lunde, 2016, p.6). Além disso, os museus são também instituições de pesquisa, com suas salas e espaços que muitas vezes são estranhos ao visitante e que refletem o trabalho obstinado dos colecionadores e curadores. Também o trabalho dedicado de cientistas, taxidermistas, exploradores, cartógrafos, geólogos e uma equipe grande de suporte que as expedições científicas agrupavam e que as coleções dos museus mundo afora preservam (Elias; Martins; Moreira, 2018).

Durante a pesquisa, questionamos as motivações e as habilidades que credenciavam Zoroastro Artiaga para que administrasse uma instituição com perfil de um museu de história natural, mas, cuja exposição de objetos tão distintos e dispares, dava a percepção de ausência de conhecimento e expertise para tal empreendimento. Nossa argumentação é que essa atividade não pode ser desvinculada de outras ações de Artiaga no contexto da divulgação da fronteira como potencial zona de expansão econômica e demográfica. Não observamos diálogos com outras instituições museológicas ou no desenvolvimento de projetos de coleta

de fauna para a composição zoológica da biodiversidade do Cerrado. Seus interesses o caracterizam muito mais como um *booster* das oportunidades do Brasil Central, e o museu, com seu acervo e exposição era mais um veículo de divulgação dos projetos civilizatórios da fronteira.

Artiaga dedicou grande parte de sua vida a divulgar a fronteira goiana e sua ação como *booster* do Brasil Central estava associada também a informar, por meio do conhecimento das Geociências, sobre as riquezas naturais do estado. Ele vivia um contexto em que divulgar as potencialidades geológicas da fronteira era ponto crucial para o desenvolvimento regional, aproveitando os projetos federais de desenvolvimento industrial e a carência de matéria-prima no rearranjo geoeconômico do Brasil.

Em relatório encaminhado ao governador do Estado em 19 de julho de 1947, Artiaga ressaltou a importância da divulgação do estado de Goiás e da necessidade de verbas para tal tarefa. O relatório defendia o investimento maciço em propaganda dos recursos naturais do Brasil Central, afirmando que os objetos e documentos históricos expostos no Museu Estadual de Goiás — descritos como “meio prático de propaganda documentada” — poderiam auxiliar na divulgação das potencialidades regionais.²³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o Museu Goiano Zoroastro Artiaga é um patrimônio histórico no conjunto arquitetônico da Praça Cívica, mantendo as atividades museológicas com exposições permanentes e temporárias. Ao adentrar o térreo do prédio tem-se no hall um quiosque para venda de livros e outros objetos e souvenires que tratam da história, geografia e literatura indígena do estado de Goiás. Após o espaço de recepção ao visitante estão duas salas de exposição interligadas. Pela temática e a forma de exposição dos objetos, percebemos que ela tem uma função mais educativa, com

23 Arquivos do Museu Zoroastro Artiaga, relatório encaminhado ao governador do Estado em 19 de jul. 1947.

exposição que apresenta uma temática variada, desde a escala geológica de formação da Terra e do Homem à mostra de objetos e de informações acerca de tribos indígenas brasileiras, dando destaque para aquelas que viviam em Goiás. Nesse espaço também encontramos objetos da história natural do Cerrado, com exposição de animais taxidermizados e que representam a biodiversidade desse ecossistema. Outros objetos evidenciam os processos de ocupação, apresentando equipamentos utilizados nos séculos XVIII e XIX na extração de minérios.

Na segunda sala de exposição os objetos de história natural do Cerrado priorizam as coleções de rochas e minérios encontrados no território goiano, equipamentos utilizados pela imprensa local para publicação de jornais, além de objetos de arte sacra barroca dos séculos XVIII e XIX em Goiás. No piso superior, acontecem exposições permanentes sobre a cultura sertaneja e detalhes da vida rural no Brasil Central. A diversidade temática está presente e, mesmo com o reduzido acervo, o museu cumpre as atribuições de sua missão institucional e seu papel museológico de guardião da memória.

No entanto, quando buscamos compreender historicamente o contexto cultural da Exposição de 1942 e os fatos que envolveram a criação do Museu Estadual de Goiás, bem como a atuação do seu primeiro diretor, podemos perceber que muito mais do que a preocupação em fundar uma instituição divulgadora da história natural do Brasil Central, os interesses iam além da função museológica. São evidentes a necessidade de construir uma imagem positiva da fronteira no Brasil Central. Nesse caso, percebemos um conjunto de intenções, que vão desde a necessidade de ocupação demográfica do território goiano à divulgação dos recursos naturais para os investidores nacionais e estrangeiros. O papel de Zoroastro Artiaga, nesse sentido, foi fundamental, pois ele não utilizava apenas o Museu como meio de divulgação, mas fazia ampla divulgação dos recursos naturais, sobretudo das potencialidades minerais do estado.

O acervo mineralógico dominava as exposições permanentes, e os documentos nos mostram que houve uma busca por novos minerais e coletas de amostras para a exposição em diferentes regiões do estado. Mas é interessante pensar as razões para o privilégio desses objetos em

detrimento das exposições etnográficas e arqueológicas. Também é visível o desprezo inicial pela fauna e flora do Cerrado nessas coleções. No entanto, também fica muito evidente a utilização dos artefatos indígenas no museu, que, muito mais do que reforçar a herança cultural, parecia apresentar aos novos colonizadores que o extermínio dessas populações era fato eminente, e que agora eram apenas objetos museológicos. Uma preocupação que fez com que etnólogos na primeira metade do século XX viessem em busca desses materiais para compor coleções de museus de história natural na Europa. Destacamos o trabalho dos etnólogos alemães Paul Max Alexander Ehrenreich, Karl von den Steinen, Fritz Krause, que coletaram espécimes de vestuários, artefatos, armas, objetos de uso ceremonial, dentre outros, considerando, a possibilidade do desaparecimento inevitável desses registros pelo processo de expansão da fronteira (Stauffer, 1960).

O que consideramos é que muito mais do compor um acervo sobre a história natural do Cerrado, a exposição museológica, com os seus diferentes objetos expostos, e de certa forma tão distintos, buscava divulgar a fronteira Oeste do Brasil como um lugar de modernização e de prosperidade aos que se aventurassem a explorar os seus recursos naturais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos editores, aos pareceristas anônimos, ao CNPq e UniEVANGELICA. Agradecemos ainda a Tyrone Fahey que leu os originais e contribuiu com importantes sugestões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Samuel J. M. M. Objects and the Museum. *Isis*, vol. 96, p.559-571, 2005.
- AMADO, Janaina; NUGENT, Walter; DEAN, Warren. *Frontier in Comparative Perspectives: the United States and Brazil*. Working Papers of the Latin American Program of the Woodrow Wilson International Center for Scholars. Washington, D.C, 1990.

- BRAGA, L. Peter Burke defende resgate dos generalistas do conhecimento. Universidade Federal de Minas Gerais. Institucional. Notícias. 21 de novembro 2017. Disponível <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/precisamos-de-generalistas-do-conhecimento-affirma-o-historiador-peter-burke>>. Acesso 28 set. 2019.
- BORGES, Barsanufo G. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Ed. UFG, 1980.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Questões agrárias: bases sociais da política goiana*. Goiânia: Kelps, 2012.
- CARMIN, Robert Leighton. Anápolis, Brazil: regional capital of an agricultural frontier. Chicago, Illinois: The University of Chicago, Departament of Geography, *Research Paper*, n. 35, Dec. 1953.
- CRIBELLI, Teresa. *Industrial Forests and Mechanical Marvels Modernization in Nineteenth-Century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W. W. Norton & Co, 1991.
- DAHER, Tânia. *Goiânia: uma utopia europeia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro Brasileiro de Cultura, 2003.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DUTRA E SILVA, Anderson; DUTRA E SILVA, Sandro. “A natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942)”. *Historia Crítica*, n. 74, p.65-93, 2019.
- DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DUTRA E SILVA, Sandro; BELL, Stephen. Colonização agrária no Brasil Central: fontes inéditas sobre as pesquisas de campo de Henry Brumman em Goiás, na década de 1950. *Topoi* (Rio Janeiro), vol. 19, n. 37, p.198-225, 2018.
- DUTRA E SILVA, Sandro; TAVARES, Giovana Galvão; SÁ, Dominichi Miranda de, FRANCO, José Luiz de Andrade. Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940). *Hib. Revista de Historia Iberoamericana*, vol. 7, n. 2, p.1-23, 2014.

- ELIAS, Simone Santana Rodrigues; MARTINS, Décio Ruivo; MOREIRA, Ildeu de Castro. As Expedições Naturalistas e Cartográficas e as Práticas Científicas no Brasil do Século XVIII. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, vol. 7, n. 1, p.15-36, 2018.
- EVANS, Sterling; DUTRA E SILVA, Sandro. Crossing the Green Line: frontier, environment and the role of bandeirantes in the conquering of Brazilian territory. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, vol. 6, n. 1, p.120-142, 2017.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, n. 28, p.17-36, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIUSTINA, Carlos Christian Della; DUTRA E SILVA, Sandro; MARTINS, Eder. Geographic Reconstruction of a Central-West Brazilian Landscape Devastated During the First Half of the 20th Century: Mato Grosso de Goiás. *Sustentabilidade em Debate*, vol. 9, n. 3, p.44 - 63, 28 dez. 2018.
- HEIZER, Alda L. *Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KARASCH, Mary C. *Before Brasília: Frontier Life in Central Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.
- JAMES, Preston E. Trends in Brazilian Agricultural Development. *Geographical Review*, 43 (3), p.301-328, 1953.
- LACERDA, Aline Lopes de. A “Obra Getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p.241-263.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 8, p.881-897, 2001.
- LUNDE, Darin. *The Naturalist. Theodore Roosevelt, a lifetime of exploration, and the triumph of American Natural History*. New York: Crown Publishers, 2016.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea*. Goiânia: Edição do autor, 2004.
- MC CREEERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MOOG, Viana. *Bandeirantes and Pioneers*. New York: George Braziller, 1964.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- PAIVA, Salma Saddi Waress de. Prefácio. In: MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento. Volume I, Identificação*. Goiânia: Seplan, 2004.
- PALACÍN, Luis. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.
- REIS, Marcio Vinícius. *O art déco na Obra Getuliana. Moderno antes do modernismo*. 2014. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- SANJAD, Nelson. *Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 3, p.785-826, 2017.
- SMITH, Henry Nash. *Virgin Land: the American West as Symbol and Myth*. Cambridge, Massachusetts/Londres: Harvard University Press, 2009.
- STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos índios. A reação contra o extermínio dos índios. Publicidade danosa no estrangeiro. *Revista de História*, vol. 21, n. 43, p.165-183, 1960.
- TAVARES, Giovana Galvão. *Zoroastro Artiaga – o divulgador do sertão goiano (1930 – 1970)*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

- TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Mineola, Nova York: Dover Publications, 2010.
- UNES, Wolney. *Identidade Art Déco de Goiânia*. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: UFG, 2001.
- WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. *Revista Brasileira de Geografia*, ano IX (3), p.313-342, 1947.
- WAIBEL, Leo. Vegetation and Land Use in the Planalto Central of Brazil. *Geographical Review*, v. XXXVIII, p.529-554, Oct. 1948.
- WHITE, Richard. *It's your Misfortune and None of my Own: a new history of the American West*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
- WHITE, Richard. *Western History*. Washington: American Historical Association, 1997.
- WORSTER, Donald E. *Rivers of Empire: Water, Aridity and the Growth of the American West*. New York: Oxford University Press, 1985.
- WORSTER, Donald E. Beyond the Agrarian Myth. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A. & RANKIN, Charles E. (org.). *Trails: Toward a New Western History*. Lawrence: University of Kansas Press, 1991.
- WORSTER, Donald E. *Under Western Skies: Nature and History in the American West*. New York: Oxford University Press, 1992.